

FORMAÇÃO DE DOCENTES NO COLÉGIO ESTADUAL LOMANTO JÚNIOR ALCOBAÇA, BA – ESTUDO DE CASO

Magda Cristina Freitas de Oliveira

FASB

Uelton Luiz da Silva Boamorte

Resumo: O objetivo desse texto é analisar a influência da educação profissionalizante como garantia de emprego após a conclusão de curso técnico na escolha profissional dos recém-formados no curso normal (ensino médio) da Escola Lomanto Júnior, em Alcobaça, Bahia. Através da pesquisa bibliográfica e documental, foi possível verificar a relação entre o contexto histórico educacional nos âmbitos federal, estadual e municipal e a prática pedagógica no referido Colégio. A metodologia utilizada foi o levantamento de dados realizado através de entrevistas com docentes e discentes. A pesquisa revelou aspectos distintos para discentes e docentes. Para os discentes, o despreparo profissional inicia-se na própria formação acadêmica com o ensino fundamental e se confunde com a imaturidade característica da adolescência. Quanto aos docentes, contingências como inadequação de espaço físico para execução das atividades propostas e a morosidade dos órgãos competentes também contribuem para as dificuldades encontradas nesta formação. No entanto, a busca por melhorias quanto a qualidade da educação tem sido a luta de alguns professores que, apesar da conturbada herança histórica brasileira e contingências adversas, acreditam na educação.

Palavras-chave: Educação, formação de professores, Colégio Lomanto Júnior.

Introdução

A formação dos profissionais que ensinam deveria trazer a busca por conhecimento, valores, cidadania e cuidado que, construídos por docentes e discentes, formassem educadores capacitados para exercer o magistério. No entanto, o que tem sido observado no Município de Alcobaça é um despreparo profissional dos novos docentes (formação de nível médio) que assumem as salas de aula.

Consequentemente, a educação tem trilhado um caminho inadequado para a formação de profissionais que deveriam avançar diante dos desafios encontrados na realidade daquele município.

A reflexão sobre a formação de quem ensina encontra na perspectiva histórica brasileira um ponto de partida significativo para a pesquisa científica e fundamenta a compreensão do assunto relatado, pois a história tem caráter fundamental para o homem que a reconstrói, partindo do seu presente, interpretando a experiência passada e projetando novas vivências que traduzam a evolução da qualidade do que se conhece. Nesse sentido, os fenômenos educacionais, que são processados no tempo e na história mantêm viva a memória do povo alcobacense e oferece condições para sua manutenção no cenário histórico da cidade.

Diante dessa busca pelo conhecimento é possível um questionamento: qual é a influência da educação profissionalizante como garantia de emprego após a conclusão de curso técnico na escolha profissional dos recém-formados no curso normal (ensino médio) na cidade de Alcobaça?

Torna-se necessária, então uma reflexão minuciosa e comprometida com os valores éticos que regem a educação através de pesquisa de literatura pertinente, discussões na escola e sistematização dos dados encontrados.

Breve concepção histórica da educação no Brasil

Por volta de 1530, a educação no Brasil Colônia não era a prioridade daquela época e o trabalho missionário era difundir o catolicismo por meio da conversão dos índios e negros pelos jesuítas. Ao chegarem à Bahia, em 1549, os jesuítas se estabeleceram em Salvador e difundiram o catecismo e o magistério para várias regiões do Brasil. Expulsos do país em 1759, mantinham escolas de ler e escrever no ensino secundário e missões na Bahia e em outros estados do Brasil (GHIRALDELLI, 2002).

A Primeira República (1889 e 1930) foi marcada por dois movimentos ideológicos desenvolvidos por intelectuais das classes dominantes do país: o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico. O primeiro embasa-se na idéia de expansão da rede escolar e na tarefa de desanalfabetização do povo. O segundo insistiu na melhoria das condições didáticas e pedagógicas da escola, ocorrendo seu apogeu na Segunda República.

As escolas normais existem no Brasil desde o século XIX. A primeira foi criada em 1830, em Niterói, sendo também, a primeira na América Latina a ter caráter público (PILETTI, 1996).

Em 1890, foi elaborada pelo baiano Satyro Dias, a primeira lei de instrução pública na Bahia, que organizou o Conselho Superior de Ensino idealizado ainda na Monarquia e extinguiu as escolas normais, criando em seu lugar o Instituto Normal da Bahia, servindo de modelo às instituições semelhantes a serem criadas

nos outros municípios do estado.

Com as idéias de Anísio Teixeira, durante a reforma de 1925, houve mudança significativa na organização da educação estadual. No curso normal ocorreu uma alteração no currículo, que destinava três anos de preparo científico e um de preparo profissional para o magistério. Essa organização tornou o curso de formação de professor completo, já que se preocupava tanto com a formação profissional como intelectual do indivíduo.

Quatro projetos distintos são identificados para a construção de um “novo Brasil” proposto pela política vigente na Segunda República por volta de 1930 a 1937: os liberais, os católicos, os integralistas e os governistas. Vale ressaltar que, nessa época, educação e saúde eram reconhecidas por um mesmo ministério. O Ministério da Educação e Saúde Pública - MESP - (PILETTI,1996).

O Estado Novo, que durou de 1937 a 1945, caracterizou-se como ditadura, um regime sem funcionamento no Congresso Nacional, sem partidos legais, sem eleições. No entanto, o parque industrial e a crescente urbanização reclamavam por mão-de-obra técnica, o que levou o governo a cumprir o espírito da Constituição de 1937, que desejava fornecer ensino profissionalizante às classes economicamente menos favorecidas. Piletti (1996) afirma que: “Sem dúvida, o preceito de que o ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do estado”.

Entre 1942 e 1946 ocorreu a Reforma Capanema, que instituiu leis orgânicas que ordenavam os ensinos primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola., Além das leis orgânicas de ensino, este período forjou algumas entidades que, posteriormente, teriam importância fundamental nos processos de educação formal do país como o criação do Instituto Nacional do Livro, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP).

Com o fim da Segunda Guerra mundial, a Quarta República no Brasil (1945 e 1947) anunciava uma nova era de construção de governos democráticos na Europa. No Brasil, os comitês populares democráticos ou progressistas proliferaram no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Em pouco tempo, passaram a desenvolver o trabalho de agitação em favor das eleições da Assembléia Nacional Constituinte e também em associações que reivindicaram melhorias urbanas como esgoto, escolas e parques infantis. Na educação, estes comitês envolveram o Partido Comunista na organização de cursos de alfabetização de adultos e crianças e de cursos técnicos populares.

Entre 1947 e 1950, as idéias do Partido Comunista, decretado como ilegal, não foram disseminadas totalmente, mas alguns educadores trouxeram-nas para a educação.

A promoção da cultura popular, a educação popular, o controle ao analfabetismo e a conscientização da população sobre a realidade dos problemas nacionais cresceram no início de 1960. Paulo Freire (2000) protagonizou esta época trazendo as idéias de uma “pedagogia problematizadora”, uma pedagogia

que pregava a libertação da classe oprimida que buscava uma educação comprometida com os problemas da comunidade, o local onde se efetivava a vida do povo. Freite classificou a educação convencional como “bancária”, que considera o aluno não possuidor de saber; insistia na idéia de que todo ato educativo é um ato político, promovendo a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica.

De 1964 a 1985, a ditadura militar marcou a educação pela repressão, privatização de ensino, exclusão de uma parcela significativa de ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante, tecnicismo pedagógico e desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional. Segundo dados do IBGE, em 1983, o Brasil possuía sessenta milhões de brasileiros analfabetos ou semi-analfabetos. Para Ghiraldelli (2002) o fim da ditadura militar não ocorreu de formamecânica e maquiavelicamente e sim por meio de processo de avanços e recuos.

Observando as evoluções e involuções políticas dos vinte e um anos de ditadura militar, é possível dividir este período em três etapas: a primeira se refere ao governo dos generais Castelo Branco e Costa e Silva (1964-1969), a segunda relaciona-se com o governo da junta militar e do general Garrastazu Médici (1970-1974) e a terceira marcada pelo governo dos generais Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo (1975-1985). As reformas do ensino foram elaboradas durante a primeira etapa, implantadas praticamente na segunda e evidenciada como desastrosas na terceira etapa. Ao governo civil, pós-ditadura com José Sarney restou o sistema educacional destruído pela legislação antipopular.

A literatura pedagógica desenvolvida entre meados dos anos 1960 e início de 1980, surgiu como muitas facetas que vão desde o escolanovismo Piagetiano até a concepção histórico-crítica representada por Demerval Saviani, que propiciou uma rede de pesquisa inserida no pensamento pedagógico dos anos 80, vertente progressista, até então, prática inexistente no grau alcançado nessa década (GHIRALDELLI, 2002).

A participação do PDT (1982/1985) foi importante porque procurou desenvolver uma linha educacional própria baseada no pensamento pedagógico do então vice-governador do Rio de Janeiro Darcy Ribeiro. Sua participação efetiva foi com a inovação da criação dos Centros Integrados de Educação Popular (CIEPs), conhecidos como “Brizolões”. Escolas de tempo integral que enfocavam a educação para a infância proletária carioca.

A transição entre 1985 e 1989 foi marcada pelo fim dos vinte e um anos de governo militar. O núcleo central da ditadura militar deixou o Palácio do Planalto, cedendo espaço para os governantes fundadores da chamada “Nova República”, caracterizando a transição democrática que levaria o país à constituinte. No entanto, os brasileiros que esperavam mudanças radicais com a nova posse do primeiro presidente civil se decepcionaram. Neste sentido, Piletti afirma que:

Um processo de intensa mobilização popular, em que milhões de pessoas foram às ruas reclamar eleições diretas para presidente de República, foi praticamente desconhecido pelas elites políticas, que escolheram, via Colégio Eleitoral, o presidente que teria o encargo de fazer a “transição para a democracia. (1996, p. 133)

Passados quase trinta anos e tendo a população saído dos vinte milhões para ultrapassar os cento e vinte milhões de habitantes, a matrícula do ensino primário público decresceu: o movimento histórico produziu, no contexto da luta de classe, citações novas e promissoras para a viabilização da democracia: conferências brasileiras de educação cresceram rapidamente em número de participante ouvinte e expositores. Revistas ligadas à educação aumentaram, diversificaram-se e ampliaram-se caracterizando um professorado mais militante.

Na década de 90, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, aconteceu em Jotiem, na Tailândia, a Conferência de Educação para Todos, fruto do trabalho da UNESCO, que identificou os descaminhos da educação em grande parcela da humanidade. Advindos desta política, encontramos a formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a valorização dos estudos pedagógicos e a implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases, os quais formaram um contexto educacional que enfatizava a qualificação para o trabalho e a regularização da vida escolar.

O desenvolvimento acelerado observado durante o período republicano, manteve suas principais características, e, com a Lei 9394/96, estabeleceu as bases para a formação dos profissionais da educação, que tivesse a perspectiva de “nível superior” para os professores que atuam na educação básica.

Após as eleições de 2002 e a vitória da esquerda progressista - Governo Luis Inácio Lula da Silva - foi possível a realização do programa Fome Zero e as propostas pelo então ministro da educação, Cristóvam Buarque.

Durante esses quinhentos anos de história, fatores e contingências como a desvalorização dos profissionais da educação, falta e/ou má utilização de recursos disponíveis, a supervalorização da aprovação em detrimento da qualidade do conhecimento adquirido contribuíram para o despreparo na formação de professores. Os desafios educacionais como a informação, novas tecnologias, efetivação da interdisciplinaridade e a crise da pós-modernidade têm contribuído para uma melhor conscientização da população no aspecto político e, provavelmente, propiciará a qualidade da educação brasileira.

Objeto de estudo e procedimentos metodológicos

Historicamente, o curso normal fez parte da realidade de Alcobaça, BA. Segundo dados da Secretaria de educação do Município, entre os anos de 1917 e 1938, a história da cidade foi marcada pela formação de alguns professores que, apoiados pelas famílias de melhor poder aquisitivo, foram estudar em Salvador.

Outros foram enviados de Salvador para trabalhar na cidade.

Dados da Secretaria de educação confirmam que, em Alcobaça, a lei 5692/71 eliminou o exame de admissão, criando o primeiro grau correspondente ao ensino fundamental, que, em 1974, foi autorizado e reconhecido pela portaria 600/74 D.O 15/03/74, passando assim, a funcionar as séries de 5^a a 8^a no Centro Educacional de Alcobaça.

O Colégio Estadual Lomanto Júnior, situado à Rua Vila Pena s/n, Alcobaça, Bahia foi fundado em 1952 e teve sua proposta pedagógica implementada no ensino fundamental (1^a a 4^a séries) até o ano de 2000. Em virtude da municipalização das escolas de ensino fundamental, passou a trabalhar a partir desta data com o ensino médio (cursos normal e formação geral).

A caracterização do curso normal de formação, nível médio a ser desenvolvido na escola normal é de caráter próprio para a formação de professores de educação infantil e das quatro primeiras séries do ensino fundamental e sua identidade é definida pela contextualização da sua organização curricular. Requer um ambiente institucional próprio e sua perspectiva é organizar uma rede de disciplinas, metodologias e práticas adequadas a uma preparação para o exercício da profissão.

Quanto à carga horária deve-se considerar a flexibilidade da LDB que, através do seu projeto pedagógico, a escola tem possibilidades de garantir amplas e diversas formas de organização. Porém, sua duração é, no mínimo, de 3200 horas, distribuídas em quatro anos com 800 horas e 200 dias letivos. Os objetivos a serem atingidos são: a promoção da transformação efetiva nas práticas institucionais e curriculares da formação de professores e da profissionalização através do desenvolvimento de competências; a implantação de uma rede de formação de professores em nível médio, tendo em vista a perspectiva de formação em nível superior; o desenvolvimento da formação de professores como estratégia fundamental ao processo de reedificação da escola pública e a contribuição para o processo de melhoria da educação infantil e do ensino fundamental para crianças, jovens e adultos.

O currículo, norteado pelo desenvolvimento de competências, exige metodologias pautadas em diretrizes e procedimentos como a interdisciplinaridade, a contextualização, a resolução de problemas e a análise e reflexão sobre a prática pedagógica.

Quanto à regência, o conhecimento profissional deve ser construído no curso de formação inicial, ampliando-se, depois nas ações de formação continuada. As 800 horas exigidas por lei devem ser objeto de planejamento e avaliação durante quatro anos de duração do curso, de maneira gradativa. As atividades de estágio precisam ocorrer progressivamente, para que os alunos possam assumir postura de professores.

A nova proposta pedagógica do referido Colégio foi reestruturada em

2002, teve como objetivo oferecer ensino de qualidade, proporcionando aos alunos atuarem como agentes transformadores na sociedade em que estão inseridos. Tal proposta acreditava que o compromisso do corpo docente, discente e a comunidade compunham valores que permeassem a aprendizagem dos alunos.

As disciplinas que faziam parte da organização curricular do curso normal eram: língua portuguesa e literatura brasileira, matemática, geografia, história, física, química, psicologia da educação, sociologia, filosofia, língua inglesa, história da educação, didática, jogos e recreação e as metodologias (Matemática, geografia, história, educação infantil, alfabetização, ciências e língua portuguesa). Os professores que lecionavam tais disciplinas engajaram-se para que as ações de combate, identificadas no diagnóstico que serão descritas, pudessem ser atingidas de forma integral no Colégio Lomanto Júnior.

Foi realizado um diagnóstico para a execução de tal proposta pela equipe do Colégio representada pela direção, coordenação pedagógica e professores, o qual apresentou aspectos considerados prioritários naquele momento, suas possíveis causas e as ações de combate trabalhadas ao longo daquele ano as quais serão descritas a seguir. através de pesquisa nas salas de aulas, a equipe do Colégio detectou três pontos importantes para a continuidade do trabalho pedagógico: o índice de semi-analfabetismo em 15%, onde as possíveis causas foram: o despreparo teórico dos alunos ao ingressar no ensino normal, a falta de experiência da maioria dos professores em classe do ensino médio e a aprovação indevida dos alunos no ano anterior. Para combater esse primeiro obstáculo foram realizadas oficinas dirigidas de leitura em sala de aula, além da capacitação dos professores, através do Módulo I do Curso de capacitação para o ensino médio, oferecido pela DIREC 09 (Teixeira de Freitas). O segundo aspecto identificado pela equipe da direção do Colégio foi o índice de abandono em 21%. As possíveis causas eram a baixa auto-estima dos alunos e a mínima participação nas aulas. Atuou-se na primeira dificuldade descrita, enfocando e valorizando os aspectos de cidadania no Colégio e para a segunda, as aulas foram dinamizadas através de promoção de jograis e poesias, apresentações teatrais, exploração de temas musicais, debates e seminários, pesquisas bibliográficas de assuntos diversos, elaboração de projeto de pesquisa, torneios esportivos e campanhas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e saúde bucal. O terceiro aspecto encontrado estava relacionado à estrutura física inadequada. Ausência de salas da direção, de professores, de vídeo, biblioteca, quadra de esportes. Como tentativa de resolução destas dificuldades, os filmes eram exibidos na própria sala de aula, reuniam-se professores, diretora e secretaria na mesma sala e os torneios esportivos eram realizados no espaço público da cidade.

Os professores participaram de uma entrevista sobre a minimização ou os combates aos problemas encontrados. Para alguns professores, as ações de combate não foram eficazes para o término dos obstáculos encontrados, no entanto os índices de abandono e semi-analfabetismo puderam ser detectados como menores

que na primeira avaliação. As aulas tornaram-se mais estimulantes. Uma opinião importante foi pontuada: mesmo que esses objetivos não tenham sido totalmente alcançados deve-se levar em consideração sua relevância para a análise sobre os problemas, pois tal atitude possibilita o início da melhoria na qualidade da educação. Houve consenso de que o envolvimento dos órgãos competentes, aquisição de materiais didático-pedagógicos e de apoio, e ainda, o empenho do corpo docente no processo de mudança são fatores fundamentais para a qualificação da formação de novos docentes na cidade de Alcobaça.

Participaram desta pesquisa 102 sujeitos: 93 (noventa e três) alunos e 9 (nove) professores. Todos os envolvidos pertenciam ao Colégio Estadual Lomanto Júnior. Foram distribuídos na seguinte ordem: 30 alunos das turmas A e B do 1º ano, 30 alunos das turmas A e B do 2º ano, 33 alunos das turmas A e B do 3º ano e 9 professores do curso normal (ensino médio). Os critérios adotados em relação aos alunos foram: estar regularmente matriculados na escola no ano que se realizava a pesquisa e freqüentarem as aulas dentro das exigências vigentes. Somente um terço dos alunos de cada turma participou desta entrevista. Os professores estavam no exercício da docência com habilitações específicas. A direção do colégio acompanhou a coleta dos dados.

Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram questionários, construídos com perguntas fechadas e abertas. A intenção era obter informações objetivas sem perder dados ligados diretamente às experiências pessoais dos sujeitos. Foram elaborados dois tipos de questionários, um para os alunos, e outro para os professores. Perguntas específicas diferenciaram os instrumentos.

A seleção de perguntas para as entrevistas com os alunos constava de 11 (onze) perguntas fechadas. Para os professores foi construído um questionário com 11 (onze) perguntas fechadas 1 (uma) pergunta aberta. Foram realizados contatos verbais com os professores e alunos, solicitando-lhes a colaboração para conceder as entrevistas, enfatizando a sua importância e necessidade. Os alunos, apesar de não estarem habituados a responder questionários, demonstraram interesse e sentiram-se valorizados na colaboração com a pesquisa. Quanto aos professores também demonstraram interesse na realização do estudo.

O procedimento de análise dos dados coletados foi a transcrição na íntegra das respostas do questionário dos alunos e professores participantes da pesquisa; leitura e análise das respostas dos sujeitos, organização dos dados em unidades de análise, com as questões extraídas dos questionários a fim de se obter sua unidade e seqüência, comparações dos dados encontrados entre os alunos e professores participantes da pesquisa. A conclusão desta etapa está descrita nos resultados encontrados.

Discussão e análise dos resultados

Realizando-se um paralelo entre a concepção histórica, iniciado entre os anos 1937 e 1945 e repetindo-se entre 1964 e 1985 e os resultados obtidos nos questionários analisados observou-se que durante este período o ensino profissionalizante foi institucionalizado e valorizado até 2003 pela maioria dos sujeitos pesquisados. 41,94% dos alunos não consideraram o ensino profissionalizante como uma oportunidade de estudo e trabalho a curto prazo para os mais pobres. Entre os professores, contudo, foi possível constatar que 88,89% concordam com a afirmação descrita acima (PILETTI, 1996).

A pesquisa revelou a manutenção de traços tradicionais na educação de Alcobaça ao longo dos anos. Para 64,52% dos alunos entrevistados, alguns costumes como a formatura na igreja matriz da cidade se manteve. Os professores concordam com a opinião dos alunos quanto à manutenção de alguns costumes, no entanto, 66,66% consideraram como manutenção de comportamentos o fato de os alunos estudarem até um certo nível depois buscarem formação continuada em outras cidades.

Quanto à aquisição de conhecimento, de metodologia e a tarefa de orientador, os resultados foram divergentes para alunos e professores. Para 70,97% dos alunos, a quantidade de metodologias desde o início do curso faz-se mais necessária, enquanto que 55,55% dos professores consideram a quantidade de metodologias excessivas e na opinião destes, a aquisição do conhecimento sobre a tarefa de orientadores, educadores é mais importante (BAGNO, 2000).

Em relação à motivação e reflexão sobre o conteúdo transmitido, 69,89% dos alunos consideraram que às vezes tal comportamento. Já 77,77% dos professores entrevistados acreditavam que seu trabalho levava os alunos a refletirem sobre os conteúdos discutidos na sala de aula.

Quanto às classes de alfabetização, 49,46% dos futuros professores possuem interesse em assumi-las, enquanto 36,56% ainda não decidiram. Para os professores, 55,56% assumiram estas classes ao se formarem no curso normal sem dominarem os instrumentos de trabalho necessários (LEMLE, 2000).

Mesmo com a divergência de opiniões encontradas entre os pensamentos de alunos e professores, 99,99% dos alunos e 100% dos professores reafirmaram o desejo de se tornarem educadores. Tal dado confirma a afirmação de Arroyo (2000) quanto à função de docente que declara o ofício de ensinar–aprender fundamentado, sobretudo, na consciência que as novas gerações têm da vontade de saber mais. É possível, ainda, fazer um paralelo com a opinião de Paulo Freire, quando este considera um saber necessário à prática educativa que é o aprendizado da autonomia do educando.

Considerando a preocupação de Arroyo e Freire, assim como o que foi observado na formação de docentes (ensino médio) na cidade de Alcobaça, faz-se

necessária uma mudança de atitude que deverá proporcionar oportunidades para a autonomia de ambos.

A pesquisa demonstrou que o despreparo profissional observado na Escola Lomanto Júnior está relacionado a problemas sociais antigos encontrados na história do Brasil, como a busca pela formação de curso profissionalizante por parte das classes economicamente desfavorecidas e o índice significativo de analfabetismo funcional.

Foi possível verificar que a valorização do ensino profissionalizante como busca de uma ocupação profissional observada na época da ditadura militar manteve-se na realidade dos alunos do curso normal do referido colégio até 2003. Semelhantemente, a observação de 15% dos alunos semi-analfabetos, como mostra o diagnóstico realizado em 2002 para a implementação da proposta pedagógica do referido colégio e os dados do IBGE de 1983, com 60 milhões de brasileiros analfabetos ou semi-analfabetos, mostram dificuldades significativas inaceitáveis a futuros educadores.

Quanto à preparação dos professores recém-formados no curso normal (ensino médio) na cidade de Alcobaça para assumirem salas de aula, verificou-se que existe intenção de alguns alunos assumirem classes de alfabetização tal qual seus professores assumiram quando se formaram, também no curso normal sem dominar seus instrumentos de trabalho. O que confirma a hipótese que há um despreparo do discente que se inicia na própria formação de ensino fundamental, confundindo-se com a imaturidade pessoal própria da adolescência.

Outros fatores verificados na pesquisa também contribuíram para as dificuldades relacionadas à atuação dos professores do curso normal diante de uma formação qualificada: o espaço físico inadequado para a execução de tarefas exigidas e a morosidade no apoio por parte dos órgãos competentes para a realização de mudanças necessárias.

Os dados analisados no presente trabalho contribuíram para discussões relevantes relacionadas à prática pedagógica durante a semana pedagógica de 2004 no Colégio Lomanto Júnior.

Considerações finais

A partir da revisão da literatura e da análise dos dados coletados, concluiu-se que a educação profissionalizante como garantia de emprego após a conclusão de curso técnico (ensino médio), na cidade de Alcobaça, teve influência na escolha profissional dos estudantes do curso normal e que, enquanto professores recém-formados necessitam de melhor preparação para assumir salas de aula.

Durante a formação de tais profissionais, faz-se necessária uma mudança de atitude, senão por parte do sistema educacional, então pelos docentes e discentes que estão impregnados pelo desejo de serem educadores. Assumir individualmente

as próprias dificuldades e buscar saná-las, assim como avançar na qualificação profissional não somente a nível médio, são estratégias possíveis para o avanço diante dos desafios encontrados na realidade educacional do referido município.

Para o desenvolvimento de um processo de informação consistente a escola de formação deve, através da sua organização curricular, garantir aprendizagens diversificadas, possibilitando-lhes estabelecer relações, discutir divergências, exercitar o pensamento crítico e reflexivo e agir de forma autônoma.

Artigo recebido e aprovado em novembro de 2006.

*TEACHERS FORMATION IN THE LOMANTO JUNIOR STATE SCHOOL,
ALCOBAÇA, BAHIA - CASE STUDY*

Abstract: The objective of this text is to analyze if the professionalizing education as a pledge of job after the technician course conclusion had influence on the professional choice of these teenagers and if them, while new teachers in the normal course (average education) in the city of Alcobaca are prepared to assume the classrooms activities. Through the bibliographical and documentary research, it was possible to verify the relation between the historical educational context in the federal, state and municipal scopes and pedagogical practice in the related school. The used methodology was the data-collecting carried out through interviews with teachers and students. The research disclosed distinct aspects for students and teachers. For the students, the professional unpreparedness starts in the proper academic formation with basic education and it is confused with the characteristic teenagers immaturity. About the teachers, contingencies as inadequation of physical space for execution of the proposed activities and the slowness of the competent agencies also contribute for the difficulties found in their formation. However, the search for quality of education improvements has been the struggle of some teachers and despite the Brazilian historical inheritance and adverse contingencies, they believe in the education.

Keywords: Education, teachers formation, Lomanto Júnior state school.

Referências

- ALENCAR, Francisco et all. 1981. *História da sociedade brasileira*. 2. ed., RJ: Ao livro técnico.
- ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*, Petrópolis: Vozes, 2000.
- BAGNO, Marcos. *Pesquisa na escola: o que é e como se faz*. 9. ed. SP: Loyola, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 15. ed. Paz e Terra, 2000.

- GHIRALDELLI Junior, Paulo. *História da educação*. 2. ed. SP: Cortez, 2002.
- LEMLE, Miriam. *Guia teórico do alfabetizador*. SP: Ática, 2000.
- MATTOS, Valdemar. *Panorama econômico da Bahia – 1808-1960*. Edição comemorativa do Sesquicentenário da Associação Comercial da Bahia, Salvador, Tipografia Manu Editora, 1961.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia, século XIX: uma província no império*. 2. ed., RJ: Nova Fronteira, 1992.
- PILETTI, Nelson. *História da educação no Brasil*. 6. ed. SP: Ática, 1996.
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- TAVARES, Luis Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. 2. ed., RJ: Civilização Brasileira, Brasília; INL, 1977.
- TEIXEIRA, Anísio Spinola. *Educação é um direito*. SP: Companhia Editora Nacional, 1968. v. 8.